

**“Na universidade, minha maior lição foi provar que mãe não desiste”:** os desafios de mulheres acadêmicas do curso de Letras - Língua Portuguesa da UFPA *Campus de Bragança* para conciliar maternidade e graduação.

Mayra de Cassia Silva e Silva<sup>1</sup>  
Deyglyson Luan de Oliveira Ferreira (Orientador)<sup>2</sup>

**Resumo:** A presente pesquisa tem por objetivo compreender as experiências de discentes-mães do curso de Letras – Língua Portuguesa da Universidade Federal do Pará, Campus de Bragança, analisando os desafios enfrentados por essas mulheres na conciliação entre maternidade e vida universitária. Assim, propõe-se neste trabalho uma análise do discurso com base nas entrevistas semiestruturadas com estudantes do curso de Letras – Língua Portuguesa, para entender os sentidos construídos em suas falas e as condições institucionais que atravessam suas trajetórias acadêmicas. Tendo em vista isso, este estudo parte das dificuldades estruturais e pedagógicas que afetam diretamente a permanência dessas estudantes, como a ausência de espaços adequados para o cuidado infantil, a inflexibilidade dos estágios supervisionados e a carência de políticas de apoio para às mães universitárias. Dessa maneira, lança-se mão de três categorias de análise: estrutura institucional, ensino e aprendizagem, e vivências maternas na universidade. Para esta análise, toma-se como base teórica a Análise do Discurso (Orlandi, 2012; Brandão, 2012), além dos estudos de Pessanha (2023) e Vieira, Souza e Rocha (2019) sobre maternidade na graduação. Portanto, pode-se observar que as discentes-mães desenvolvem estratégias de resistência diante das adversidades, mas ainda encontram uma universidade despreparada para acolhê-las. Outrossim, o estudo contribui para ampliar o debate sobre políticas de permanência e equidade de gênero, propondo reflexões que possam subsidiar ações institucionais e futuras pesquisas interdisciplinares voltadas à inclusão e ao acolhimento das mães universitárias.

**Palavras-chave:** maternidade; graduação; acolhimento; inclusão acadêmica.

**Abstract**

This research aims to understand the experiences of student mothers enrolled in the Portuguese Language program at the Federal University of Pará, Bragança Campus, by analyzing the challenges faced by these women in balancing motherhood and academic life. Thus, this study proposes a discourse analysis based on semi-structured interviews with students from the Portuguese Language program, in order to comprehend the meanings constructed in their statements and the institutional conditions that shape their academic trajectories. In this regard, the study focuses on the structural and pedagogical difficulties that directly affect these students' permanence in higher education, such as the lack of adequate childcare spaces, the inflexibility of supervised internships, and the absence of supportive policies for university mothers. Accordingly, three analytical categories are adopted: institutional structure, teaching and learning, and maternal experiences within the university. The theoretical framework is grounded in Discourse Analysis (Orlandi, 2012; Brandão, 2012), as well as in the studies of Pessanha (2023) and Vieira, Souza, and Rocha (2019) on motherhood in higher education. Therefore, it can be observed that student mothers develop strategies of resistance in the face

---

<sup>1</sup> Graduanda do curso de Letras Língua Portuguesa, Campus Universitário de Bragança, Universidade Federal do Pará. E-mail: Mayracassia865@gmail.com

<sup>2</sup> Mestre em Linguagens e saberes pela Universidade Federal do Pará, Campus Universitário de Bragança, Universidade Federal do Pará. E-mail: luan.ferreira914@gmail.com

of adversity, yet they continue to encounter a university unprepared to accommodate them. Moreover, this study contributes to broadening the debate on permanence policies and gender equity, offering reflections that may support institutional actions and future interdisciplinary research focused on the inclusion and support of university mothers.

**Keywords:** motherhood; higher education; reception; academic inclusion.

## 1. Introdução

Este estudo tem como objetivo principal analisar as experiências de discentes que se tornam mães durante a graduação no curso de Letras - Língua Portuguesa da Universidade Federal do Pará – Campus Bragança, com foco nas dificuldades estruturais, institucionais e de ensino e aprendizagem enfrentadas durante a formação acadêmica. De modo mais específico, busca-se investigar as condições estruturais da universidade, como acesso a salas, creches, fraldários e espaços de acolhimento; compreender os desafios no processo de ensino e aprendizagem vividos por essas alunas; verificar as políticas de apoio ou a ausência delas voltadas às mães universitárias; discutir, a partir dos relatos das discentes entrevistadas, como a maternidade impacta a permanência e o desempenho acadêmico.

Antigamente, as mulheres eram ensinadas a serem apenas boas esposas, donas de casa e mães, assim, desde criança as mulheres foram criadas para atender as exigências do marido, cuidar com excelência dos deveres domiciliares, e cumprir as obrigações maternas, bem como aponta Guacira Lopes Louro, em *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista* (1997). O movimento feminista trabalhou arduamente por direitos iguais, porém, segundo Leskinen (2004), esses direitos vieram por necessidade da sociedade, uma vez que os homens tiveram de ir para a guerra, enquanto as mulheres passaram a tomar frente dos patrimônios da família e trabalhavam em áreas onde somente homens eram aceitos. Contudo, as mulheres só alcançaram de fato a sua autonomia por meio dos estudos, o que ocorreu tardiamente no Brasil, mais especificamente no século XIX. Como mostra Mary Del Priore, em *Histórias e conversas de mulher* (2013), nesse tempo o objetivo dos estudos dessa época era formar mulheres para o casamento. Foi apenas no século XX, como evidencia Cristina Bruschini, em sua pesquisa *Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos* (2007), que os estudos ficaram voltados ao mercado de trabalho. Além disso, Larissa Pessanha no artigo *Entre livros e fraldas: dilemas e desafios da maternidade durante a graduação* (2023) em seu estudo sobre as dificuldades da maternidade e graduação, reforça que a história das mulheres ocidentais é permeada por lutas em busca de direitos e reconhecimento, uma vez que, no passado, eram

em sua maioria restritas aos papéis de esposas, mães e donas de casa, enquanto o trabalho era socialmente atribuído aos homens.

Essa reflexão comprova que, dos muitos avanços conquistados pelas mulheres ao longo da história, o processo de emancipação foi transpassado por resistências sociais e pela manutenção de papéis tradicionais de gênero. No começo do século XIX e no início do século seguinte, começaram a ocorrer as primeiras inserções de mulheres no sistema educacional brasileiro, até então predominante masculino (Louro,1997). Essa presença feminina desfez, ainda que de forma lenta, a ideia de exclusividade masculina que representava os espaços formais de ensino.

Porém, de acordo com Pessanha (2023, p. 312) “houve um aumento da presença feminina no ensino superior”. As turmas de cursos de Licenciaturas são formadas na grande maioria por discentes mulheres, no entanto, muitas dessas alunas ingressam na graduação com filhos ou se tornam mães no decorrer do curso. Na Universidade Federal do Pará (UFPA), o cenário é semelhante, com predomínio de mulheres nas graduações da área de Licenciatura, como apontam os dados divulgados em pesquisa institucional pela própria UFPA, as mulheres cisgênero representam a maioria absoluta entre os estudantes (UFPA, 2024)<sup>3</sup>. Esse padrão se mantém de forma mais clara nas áreas de Licenciatura, refletindo a tendência nacional de mulheres na área de formação docente.

Barroso e Melo (1975) consideraram significativo o crescimento de 26% para 40% da presença de mulheres no ensino superior entre 1956 a 1971. Os dados mais recentes do Censo da Educação Superior 2023, divulgado pelo Ministério da Educação (MEC) e pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), as mulheres representam 59,1% das cerca de 10 milhões de matrículas na educação superior no Brasil, sendo 59,4% entre os ingressantes (aproximadamente 2,9 milhões de estudantes) (MEC/INEP, 2023). Nos cursos de licenciaturas, o percentual de mulheres chega a 73,9% do total de matrículas (1,3 milhão de estudantes em um universo de 1,7 milhão), e entre os ingressantes em cursos de formação de professores, elas representam 75,1% do total (MEC/INEP, 2023). Esses dados confirmam a superioridade em números de presença nas universidades e a necessidade de políticas institucionais que apoiem estas estudantes, sobretudo aquelas que precisam lidar com outras demandas, como a maternidade.

---

<sup>3</sup> Disponível em: <https://ufpa.br/dados-ineditos-coletados-em-pesquisa-nacional-revelam-quem-esta-hoje-na-maior-universidade-da-amazonia>

Em julho de 2024 foi sancionada a Lei 14.952/2024, que ampara estudantes lactantes com um regime de ensino especial, garantindo a continuidade dos estudos mesmo quando enfrentam dificuldades para frequentar presencialmente às aulas. Assim, ao comprovarem essa necessidade, as discentes devem receber um ensino adaptado a sua situação. Todavia, não foi esclarecida como funcionaria esse ensino, deixando a decisão confusa de como seriam realizadas as aulas nesse período. A referida lei já foi adicionada à LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), o que significa o reconhecimento das realidades enfrentadas por mães lactantes para continuar seus estudos, além de indicar um avanço para garantir a permanência destas alunas.

Portanto, esta pesquisa justifica-se, pela necessidade de dar visibilidade às realidades de mães universitárias da Universidade Federal Pará - Campus de Bragança, cujas as jornadas no ensino superior são marcadas por adversidades e pela ausência de participação direta nas políticas institucionais ou debates sobre permanência estudantil. Ao abordar essa realidade do interior paraense, busca-se aumentar a compreensão sobre as múltiplas formas de exclusão e resistência que atravessam a experiência da maternidade na universidade. No contexto da UFPA, essa discussão ganha ainda mais relevância por se tratar de uma universidade amazônica, que muitas vezes permanece à margem das prioridades institucionais, o que reforça a invisibilidade de realidades que deveriam estar no centro das pautas de inclusão e permanência estudantil.

A escolha deste tema surgiu da necessidade de dar visibilidade às dificuldades enfrentadas por mães universitárias do Campus de Bragança, especificamente do curso de Letras - Língua Portuguesa, tema que ganha força a partir da experiência pessoal da pesquisadora, que concilia a maternidade com os estudos acadêmicos. Durante o início da graduação, a pesquisadora engravidou e frequentou as aulas presenciais até o final da gestação. Contudo, nas últimas semanas antes do parto e no período puerperal, não foi possível contar com o suporte do ensino domiciliar devido à falta de informações claras e acessíveis sobre esse direito. Além disso, a permanência no curso revelou-se um desafio constante, agravado pela ausência de uma rede de apoio estável e pela necessidade de levar o filho recém-nascido à universidade por mais de um ano. Essa situação evidenciou as fragilidades da infraestrutura universitária para acolher mães estudantes e suas crianças, bem como a carência de políticas institucionais eficazes que auxiliem essa população acadêmica.

Tomando como base no conceito de lugar de fala de Djamila Ribeiro (2019), este estudo reconhece a importância de dar voz às experiências específicas dessas mulheres, que vivem a

maternidade e a graduação simultaneamente. Essa escuta ativa é fundamental para que as políticas acadêmicas possam ser construídas a partir das necessidades reais das estudantes mães, garantindo não apenas a permanência, mas o pleno exercício de seus direitos dentro do ambiente universitário. Vivenciar esta realidade revelou as lacunas atuais no sistema educacional brasileiro, mas, além do interesse particular, este estudo é relevante para o âmbito social, acadêmico e cultural, por apresentar as dificuldades e sobrecargas suportadas por mães-discentes no ensino superior. No contexto específico do campus de Bragança da Universidade Federal do Pará (UFPA), onde se desenvolve esta pesquisa, observa-se que essas questões se manifestam de forma aguda, sobretudo no curso de Letras, local que constitui o lócus desta investigação.

## **2. Maternidade e universidade: Uma relação desafiadora**

Nota-se a desvantagem que pesa sobre essas universitárias que vivenciam a maternidade durante o período de estudos no ensino superior, visto que, de acordo com Cristina Bruschini e Maria Rosa Lombardi, em *A bipolaridade do trabalho feminino no Brasil contemporâneo* (2000), culturalmente, são as mulheres que assumem a maior parte dos cuidados e responsabilidades com os filhos, o que intensifica os desafios enfrentados por aquelas que conciliam maternidade e vida acadêmica. Essa sobrecarga, que em alguns casos se transforma em uma tripla jornada, conciliando maternidade, trabalho e graduação, reflete diretamente no desempenho acadêmico, além de provocar grandes impactos na saúde mental e no desenvolvimento profissional.

A Universidade, inclusive no campus de Bragança da UFPA, apresenta limitações estruturais para atender às demandas de alunas (os) em situação de vulnerabilidade e/ou com deficiências, como por exemplo as discentes mães. Embora algumas encontrem apoio pontual por parte de gestores e de determinados docentes, muitos professores ainda mantêm práticas pautadas no ensino tradicional, partindo da ideologia de que os estudantes não possuem grandes responsabilidades além das acadêmicas, sustentadas por uma concepção “bancária” de educação, como Paulo Freire explica no livro *Pedagogia do oprimido* (1987), em que os estudantes são vistos apenas como receptores de conhecimento. Essa ideologia dificulta a flexibilização de horários e a aceitação da presença de bebês ou crianças durante as aulas.

Ainda que a UFPA apresente iniciativas voltadas à inclusão, a atuação da DAEST (Divisão de Assistência Estudantil) ainda se mostra limitada no que diz respeito à oferta de orientações claras e acessíveis às discentes que necessitam de apoio. Essa fragilidade

institucional não apenas evidencia uma lacuna nas políticas de permanência, mas também reforça a distância entre o discurso inclusivo e a prática real dentro da universidade. O problema se agrava pela inexistência, no campus, de um espaço destinado para que as estudantes possam deixar seus filhos enquanto assistem às disciplinas. Considerando que muitas dessas mães não dispõem de rede de apoio familiar, torna-se necessária a implementação de creches universitárias, uma medida já defendida em estudos sobre políticas de permanência para mães universitárias em diferentes instituições de ensino superior, como apontam os estudos de Urpia e Sampaio sobre *Tornar-se mãe no contexto acadêmico: dilemas da conciliação maternidade – vida universitária* (2009), e por Larissa Pessanha, em *Entre livros e fraldas: vivências da maternidade na universidade* (2023).

Vieira, Souza e Rocha, em *Vivências da maternidade durante a graduação: uma revisão sistemática* (2019), destacam que a sobrecarga impacta diretamente o desempenho acadêmico das mães universitárias, evidenciando a necessidade de políticas institucionais que ofereçam apoio específico para essa população. Como consequência da necessidade de conciliar duas responsabilidades que demandam elevada dedicação (à maternidade e a vida acadêmica), o desempenho das estudantes tende a ser impactado negativamente. O cuidado com crianças pequenas exige tempo e energia significativos, o que reduz as horas disponíveis para os estudos, limita a participação em atividades extracurriculares e dificulta o cumprimento de prazos acadêmicos. Essa dupla jornada em desequilíbrio provoca um aumento das taxas de evasão entre as mães-universitárias, pois de acordo com os dados do IBGE (2023) a gravidez durante a trajetória estudantil é um dos principais motivos para abandonar os estudos entre as mulheres com idade de 14 a 29 anos. Ademais, as muitas preocupações têm impacto direto no psicológico destas alunas, no entanto, esse aspecto é frequentemente negligenciado pelas instituições de ensino, como ressaltam Urpia e Sampaio (2009).

Desempenhar as tarefas de mãe, estudante e, em alguns casos, de trabalhadora, enquanto enfrentam a incompreensão no contexto universitário, seja por parte de colegas, docentes ou da própria instituição, evidencia barreiras que dificultam a permanência e geram nas discentes a sensação de deslocamento, como se a realidade da maternidade estivesse em constante desacordo com a vida acadêmica. Mesmo com um público predominantemente feminino com idades no pico de fertilidade, mães-universitárias dificilmente são atendidas por programas específicos de assistência estudantil e apoio psicopedagógico (Pessanha, 2023).

### **3. Metodologia**

Esta pesquisa adotou uma abordagem qualitativa. Assim, o estudo incorpora elementos dessa metodologia, integrando-os de modo a enriquecer a análise dos dados. Conforme explica Antônio Chizzotti (2006), em *Pesquisas qualitativas em ciências humana e sociais*, a pesquisa qualitativa constitui uma prática fundamental para a construção coletiva do conhecimento social, pois, ao propor novas formas de investigação, não se afasta do rigor e da objetividade científica, mas reconhece que a complexidade da experiência humana ultrapassa os limites dos métodos puramente generalizantes.

Desse modo, a pesquisa qualitativa mantém o compromisso com o rigor científico e, ao mesmo tempo, reconhece a complexidade da experiência humana. Assim, reforça-se a pertinência do uso dessa abordagem neste trabalho, uma vez que ele busca compreender discursos, vivências e significados que não poderiam ser reduzidos a números ou dados estatísticos. Logo, o objetivo principal deste estudo é compreender, mediante as experiências descritas por quatro discentes de cada turma do curso de Letras Língua - Portuguesa da Universidade Federal do Pará - Campus de Bragança, quais as demandas que este público enfrenta para concluir o ensino superior enquanto criam seus filhos.

Para atingir os objetivos propostos, utilizou-se para a coleta de dados a entrevista semiestruturada. Conforme Marconi e Lakatos (2017, p. 410) “essa ferramenta é especialmente adequada para diferentes públicos, pois permite a coleta de dados subjetivos dos participantes de forma eficaz”. Marconi e Lakatos (2017) destacam que a entrevista semiestruturada pode ser aplicada a todos os segmentos da população, oferecendo maior flexibilidade para avaliar atitudes e comportamentos, além de possibilitar uma melhor observação do entrevistado. Além disso, esse método permite a obtenção de informações relevantes que não estão disponíveis em fontes documentais. Desse modo, foi elaborado um roteiro de entrevistas para guiar a conversa entre a pesquisadora e as colaboradoras; proporcionando, à vista desse roteiro de perguntas, uma liberdade para que estas compartilhassem suas experiências na conciliação entre os estudos acadêmicos e as responsabilidades da maternidade. Os relatos obtidos permitiram uma análise mais sensível, fundamentada em narrativas pessoais de mulheres que vivenciaram diretamente a temática deste estudo, contribuindo para o aprofundamento das considerações propostas nesta pesquisa.

Cooperaram com o estudo quatro discentes de cada uma das turmas (exceto da turma 2021) do curso de Letras Língua-Portuguesa da Universidade Federal do Pará - Campus de Bragança, com idades entre 19 a 27 anos, com turmas e semestres diferentes, ou seja, em distintas etapas de formação acadêmica, e condições familiares diferentes. A escolha das

colaboradoras foi efetuada deliberadamente, com base nos critérios de estarem matriculadas e vivenciarem a maternidade durante a graduação. Essa delimitação legítima necessidade de obter dados reais e vigentes, e precisamente ligados ao intuito do estudo. As entrevistadas foram convidadas por intermédio de comunicação direta e, após concordarem espontaneamente em participar da pesquisa, e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), conforme as diretrizes estabelecidas pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Pará (CEP/UFPA), em atendimento às normas institucionais vigentes para pesquisas envolvendo seres humanos.

Os dias e horários das entrevistas foram organizados de forma flexível, respeitando o tempo livre de cada colaboradora entre as aulas e as demandas maternas, assegurando um ambiente tranquilo e privado para a conversa. Durante as entrevistas, a pesquisadora reforçou o compromisso com o anonimato, substituindo os nomes reais por colaboradora 1, colaboradora 2, colaboradora 3 e colaboradora 4, com o propósito de manter em sigilo suas identidades e respeitar sua integridade. Optou-se pela utilização do termo colaboradoras porque essas mulheres não estiveram à margem da pesquisa, tampouco foram meras entrevistadas ou alunas que simplesmente participaram do estudo. Ao contrário, suas histórias de vida e experiências constituíram uma contribuição fundamental, configurando-as como colaboradoras reais deste trabalho, já que, por meio de seus relatos, enriqueceram e possibilitaram a construção da análise aqui desenvolvida. As entrevistas foram gravadas com o consentimento das participantes, seguidamente, transcritas totalmente para garantir uma análise mais profunda do material.

Essa situação vai de encontro ao que Pessanha (2023, p.320) relata em seu estudo, ao destacar que “a ausência de apoio institucional e a sobrecarga de tarefas domésticas e de cuidado tornam o percurso acadêmico das mães ainda mais árduo”. O episódio envolvendo a colaboradora 5 exemplifica exatamente essa realidade: não foi possível realizar a entrevista dentro do período estipulado, devido ao adoecimento do seu bebê, conflitos de horários e à instabilidade da sua rede de apoio. A experiência da maternidade, portanto, impactou diretamente o processo de coleta de dados, evidenciando as mesmas dificuldades relatadas por outras mães universitárias para conciliar suas responsabilidades maternas e acadêmicas, o que, em alguns casos, dificulta até mesmo sua participação em atividades de pesquisa.

Diante desses desafios concretos, tornou-se ainda mais necessário adotar uma perspectiva analítica que valorizasse o contexto social e as condições de produção dos discursos dessas mulheres. Assim, para compreender as experiências relatadas pelas participantes e os sentidos que emergem de suas falas, propõe-se nesta pesquisa a utilização da Análise do

Discurso como procedimento central de interpretação. Essa abordagem permite observar não apenas o conteúdo explícito das falas, mas também os modos como as condições históricas e institucionais atravessam suas produções de sentido. Primeiramente, foram realizadas leituras atentas das transcrições das entrevistas. Em seguida, procedeu-se à cifragem e à classificação das narrativas em grupos temáticos, dessa forma, a análise discursiva foi construída com base nas categorias temáticas, permitindo aprofundar a compreensão das questões estruturais, políticas e pedagógicas relacionadas à conciliação entre estudos acadêmicos e a maternidade.

À vista disso, para uma análise aprofundada das entrevistas adotou-se a análise do discurso. A análise do discurso compreende o discurso não apenas como um conjunto de enunciados linguísticos, mas como uma prática social atravessada por relações de poder, ideologia e condições de produção. Diferente de uma análise restrita à estrutura da língua, ela busca interpretar os sentidos que surgem da interação entre linguagem, história e sociedade. Nesse estudo, adota-se a perspectiva de Eni Orlandi, apresentada em *Análise de Discurso: princípios e procedimentos* (2012), que entende o discurso como resultado da relação entre o sujeito e a ideologia, produzindo significados que ultrapassam o nível literal das palavras. Assim, a escolha dessa abordagem metodológica é importante pois possibilita a interpretação dos relatos das discentes mães a partir das marcas discursivas que revelam não apenas suas vivências individuais, mas também os processos sociais mais amplos de exclusão e resistência presentes no contexto acadêmico.

Sendo assim, nas entrevistas foram identificados alguns temas recorrentes, entre os quais destacam-se: a escassez de políticas institucionais específicas para discentes-mães; dificuldades relacionadas à carga horária e ao cumprimento dos prazos das atividades acadêmicas; fragilidade da rede de apoio; sentimento de exclusão e desamparo por parte de colegas e docentes; falta de informações claras; e a inadequação da infraestrutura da UFPA para atender às necessidades de estudantes que precisam levar seus filhos às aulas. A partir desses temas, propõe-se a organização das categorias analíticas em três polos principais: estrutura, ensino e políticas públicas. Essas categorias condensam as problemáticas identificadas, permitindo uma análise discursiva aprofundada. Partindo desse entendimento, a análise discursiva é empregada para explorar essas temáticas sob uma perspectiva crítica e interdisciplinar, favorecendo a compreensão das dimensões que envolvem a conciliação entre maternidade e vida acadêmica.

A análise do discurso é essencial para este estudo, pois busca-se ir além da básica apresentação dos obstáculos superados pelas discentes-mães para conseguir concluir o curso.

Assim, o principal objetivo desta abordagem é reconhecer os sentidos produzidos acerca da maternidade na universidade pública, relatando como essas definições se conectam com as configurações sociais mais abrangentes, bem como, a discriminação do sexo feminino, a sobrecarga de responsabilidades e cuidados com os filhos impostos nas mulheres, e a exclusão significativa dentro da instituição.

Contudo, a análise das entrevistas das participantes deste estudo foi orientada pela perspectiva teórico-metodológica da Análise do Discurso, conforme apresentado por Helena Brandão em *Introdução à Análise do Discurso* (2012). Tal abordagem se mostra fundamental para compreender como os sentidos produzidos pelas discentes mães são atravessados por formações ideológicas e por condições de produção específicas.

Nesse enquadramento, o discurso é entendido como espaço de disputa simbólica, no qual se manifestam tensões entre o dizer institucional e o dizer das mulheres que vivenciam a maternidade na universidade. Assim, a AD permite revelar não apenas as marcas linguísticas dessas falas, mas também as posições de sujeito que elas ocupam, evidenciando como as experiências individuais se inscrevem em processos mais amplos de exclusão, resistência e busca por reconhecimento. A partir dessa abordagem, o conceito de poder é entendido como uma força organizadora da estrutura social universitária que, muitas vezes, ignora ou pretere as demandas sociais específicas de seus/suas estudantes. Os relatos obtidos por meio das entrevistas foram interpretados como manifestações discursivas que demonstram não somente vivências particulares, mas também a maneira como a maternidade é definida no ambiente acadêmico. Essa compreensão dialoga com Florêncio et al. (2009), que ressaltam a importância da Análise do Discurso como ferramenta para revelar sentidos que ultrapassam o nível individual, evidenciando como experiências pessoais estão atravessadas por construções sociais, ideológicas e históricas.

A escolha das categorias estrutura, ensino e políticas públicas para a análise discursiva fundamenta-se tanto nas temáticas mais repetidas nas falas das colaboradoras quanto no referencial teórico que demonstra a complexidade da experiência de mães discentes no ensino superior. Conforme Pessanha (2023), as condições estruturais inadequadas nas instituições, como a ausência de espaços apropriados para mães que precisam levar seus filhos às aulas, configuram barreiras significativas para a permanência acadêmica. Essa realidade está refletida na fala da colaboradora 3:

*A estrutura da faculdade não permite ficar em um lugar confortável com o meu filho, não tinha trocador para trocar a fralda, tive que trocar ele em cima de uma cadeira dentro da sala, sem privacidade...e o elevador estava sempre quebrado, dificultando o acesso com o carrinho (Colaboradora 3, entrevista, 2025).*

A respeito do ensino e aprendizagem, Magalhães, Martins e Resende (2017) ressaltam que as relações de poder entre docentes e discentes influenciam diretamente a experiência acadêmica, principalmente quando falta sensibilidade e compreensão acerca das responsabilidades maternas. Essa tensão é evidenciada no relato da colaboradora 2, que descreve a falta de acolhimento por parte de um(a) professor(a): “*Tive que esperar por horas para entregar um atestado, ele me tratou com descaso, mandou eu tomar remédio e questionou se era tão difícil assim estar grávida, o que me fez sentir desamparada.*” (Entrevista, 2025).

Por fim, a categoria de políticas públicas emerge da insuficiência das ações institucionais destinadas à permanência e ao suporte às estudantes mães (Urpia; Sampaio, 2009). A colaboradora 4 denuncia essa lacuna: “*Não recebi nenhuma orientação sobre auxílios disponíveis e a direção da faculdade não ofereceu nenhum suporte.*” (Entrevista, 2025). Essa ausência de políticas claras e efetivas evidencia a necessidade de que a universidade integre equipes responsáveis por informar, apoiar e garantir direitos específicos para mães no ambiente acadêmico.

Seguindo nesta linha de análise do discurso, esta pesquisa também se ancora no livro *análise do Discurso: princípios & procedimentos* de Orlandi (2012, p.17) que por sua vez indica que enquanto a análise de conteúdo busca identificar os significados presentes em um texto, procurando compreender o que ele quer dizer, a Análise de Discurso parte do princípio de que a linguagem não é transparente. Assim, em vez de tentar ultrapassar o texto em busca de um sentido oculto, preocupa-se em entender de que modo o texto produz significação.

O conceito de interdiscurso será aproveitado para compreender como outros discursos criados pela sociedade estão entrelaçados nas falas das graduandas. Essa perspectiva permite provar que as opiniões sociais estão em ação, tanto para fortalecer padrões tradicionais concebidos pela sociedade sobre a maternidade, quanto para repensar o significado de ser mãe e graduanda ao mesmo tempo. Como explica Orlandi (2012, p. 31):

O interdiscurso é definido como aquilo que fala antes, em outro lugar, independentemente. Ou seja, é o que chamamos memória discursiva: o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada da palavra.

Assim, as falas das participantes se mostram atravessadas por memórias discursivas que reforçam os sentidos socialmente construídos sobre a maternidade no contexto universitário. Diante do exposto, esta pesquisa consegue estruturar os conhecimentos conquistados nas entrevistas, além de indicar uma compreensão crítica das falas. É importante enfatizar que, ao

adotar uma metodologia centrada nas experiências descritas pelas discentes, o estudo evidencia os inúmeros desafios de conciliar a maternidade com a vida universitária, além de reconhecer e validar essas vozes como produtoras de conhecimento.

As entrevistas com estas estudantes apontam as discordâncias presentes na ideia de que a universidade é um espaço igualitário e inclusivo, enquanto relata o desencontro entre olhar da administração acadêmica de modo geral e as necessidades das discentes mães, a colaboradora 1 destacou que “*então eu acho que o que a gente precisa dentro da universidade é só o acolhimento mesmo, de ver com outros olhos, é ter aquela empatia né, entendeu de outros olhares assim tanto dos professores quanto dos colegas.*” (Entrevista, 2025), ressaltando a falta compreensão e inflexibilidade por parte de alguns docentes diante da realidade dessas alunas. Em concordância, a colaboradora 3 apontou que:

*E a gente muitas vezes tem que ser forte ou para não afetar diretamente o bebê porque ele não entende, é uma criança, então se fosse ao contrário se a universidade fornecesse tudo isso que eu acabei de falar a questão de cuidador, de um berçário, de alguém cuidasse durante aula, eu acreditaria que em outra ocasião em outro ocorrido não aconteceria dessa forma* (Colaboradora 3, Entrevista, 2025).

Esta fala demonstra a falta de estrutura mínima para atender às necessidades das estudantes que conciliam maternidade e graduação. Estes relatos deixam claro que, embora o discurso institucional valorize a inclusão, as práticas e a estrutura da universidade não garantem equidade real no acesso e permanência dessas estudantes, reforçando as desigualdades enfrentadas durante a graduação.

Além disto, o discurso das colaboradoras é entendido como um alicerce para romper com a indiferença que regulamente acompanha a trajetória das mulheres-mães na graduação, o que está em consonância com o que apontam Vieira, Souza e Rocha (2019), ao destacarem que a sobrecarga física e emocional, a falta de suporte institucional, trazem desafios significativos à permanência e ao desempenho acadêmico dessas mulheres. Ao expor as limitações que encontram no âmbito universitário, essas graduandas cooperam tanto para construção do conhecimento sistematizado, quanto para estruturar um debate mais vasto a respeito da maternidade, o acesso à faculdade e a estabilidade das discentes em contexto de equidade.

Em síntese, a metodologia empregada neste trabalho promoveu uma investigação abrangente, acolhedora, crítica sobre a condição das mães que frequentam regularmente o curso de letras, além de fortalecer o compromisso de enaltecer as experiências das discentes por meio de suas vozes, pois elas não são simples entrevistadas, mas produtoras de conhecimento e elementares para denunciar as incoerências no discurso de acolhimento da instituição. Para

assim fomentar uma reflexão profunda acerca do papel da UFPA como facilitadora da igualdade de gêneros e no reconhecimento das várias realidades dos universitários.

Portanto, esta investigação oferece subsídios significativos para a Universidade Federal do Pará – Campus de Bragança e o meio social ao questionar a forma como o gênero é organizado e manifestado no contexto universitário. A universidade pública é popularmente conhecida por ser um ambiente que anda lado a lado com a igualdade e o conhecimento, todavia, os relatos das entrevistadas revelam regimentos e/ou demandas que ignoram as responsabilidades que as alunas têm fora da graduação no que se refere à situação de muitas discentes do curso de Letras Língua-Portuguesa. Como afirma a colaboradora 2:

*Na verdade, eu prefiro faltar no trabalho do que faltar na aula quando antes do atestado né eu tava faltando mais no trabalho do que na universidade, preferia colocar minhas consultas para o turno da tarde que é o horário que eu trabalho e apresentar o atestado no trabalho, porque na universidade mesmo com atestado a gente leva falta então tinha medo de reprovar (Entrevista, 2025).*

Ao discorrer sobre as experiências desafiadoras vividas por estas mães durante a sua formação acadêmica, este estudo foca em aumentar o debate sobre a igualdade de gênero no ensino superior, evidenciando empecilhos encarados, e também exigir mudanças no modelo que a instituição segue e como tratam a demanda da maternidade e ensino. Logo, as declarações das entrevistadas expressam que a maternidade é vista, por vezes, como um obstáculo ou um contratempo pela universidade e, conseqüentemente, pouco acolhida e apontada na estruturação acadêmica, e muitas vezes reputada como uma exceção. Conforme o estudo *(Des) igualdade de gênero no mercado de trabalho* de Ferreira et al. (2018, p.27), esse sistema desigual e cheio de desinformações sucede em quebrar as desigualdades que permeiam as mães no meio universitário, além de elucidar uma temática importante que cresce incessantemente nos cursos com um grande número de mulheres matriculadas.

#### **4. O Não-dito Institucional: Análise da ausência de políticas para discentes-mães na UFPA**

Durante esta pesquisa notou-se uma grande lacuna nas políticas institucionais voltadas às mães-discentes da UFPA, a ausência foi percebida pelas colaboradoras e interpretada como um indício patente de negligência e invisibilidade. De acordo com Pessanha (2023, p. 316), ao afirmar que “a maioria dos estudos a respeito desse tema sugerem a criação de políticas públicas que auxiliem as mulheres nessa dupla jornada”. A pergunta 20<sup>4</sup> do questionário de entrevista

---

<sup>4</sup> 20. A universidade possui alguma estrutura ou política de apoio às mães estudantes?

Sim  Não  Não sei

Se sim, foi útil para você? Justifique:

foi elaborada com a intenção de saber se as discentes conhecem alguma política institucional de apoio às mães-discentes, e todas as entrevistadas responderam que não; essa concordância coletiva das colaboradoras evidenciou *o não-dito institucional*. Aqui, o silêncio não se resume à simples falta de informação, mas expõe a falta de ações importantes, de atenção para estas alunas, e de disposição em trabalhar para integrar a maternidade como pauta real nas políticas de permanência estudantil. Nesse contexto, Ribeiro (2016) enfatiza que o princípio da igualdade deve ser efetivado levando em conta a diversidade das experiências, condições e formas de inserção social das mulheres, considerando aspectos como gênero, classe, raça, etnia, geração, orientação sexual e deficiência em todas as etapas das políticas públicas, desde o diagnóstico até a formulação, implementação, monitoramento e avaliação.

Essa concepção realça a necessidade de ações que ponderem a diversidade de obstáculos que percorrem as vivências das alunas-mães, para apoiar a conclusão da faculdade e do exercício completo do seu direito à educação. Segundo Orlandi (2012, p. 83), as relações de poder presentes em nossa sociedade instauram mecanismos de censura que fazem com que todo discurso seja acompanhado por formas de silêncio. A autora explica que é a partir do que é dito, das condições em que se diz e de sua relação com a memória discursiva, que se tornam perceptíveis as fronteiras do não-dito e o que ganha significado nos processos de produção de sentido.

Nesse sentido, o não-dizer da universidade pública, ao ignorar explicitamente as mães em suas diretrizes ou ações, é uma característica do discurso institucional que precisa ser revisto pelos gestores universitários urgentemente. O silêncio no que concerne à maternidade dentro da universidade não é neutro, ele mostra as margens de um planejamento acadêmico que se organiza esquecendo um público predominante nos corredores da instituição, as discentes que conciliam a formação acadêmica com a criação dos filhos.

Durante as entrevistas, algumas alunas relataram a falta de informações claras sobre como pedir tutoria ou o ensino domiciliar, e na maioria dos casos, as discentes não conseguiram solicitar estas modalidades de ensino, dessa forma, precisaram se afastar durante o último mês de gravidez e o puerpério, o que resultou em reprovação nas disciplinas ministradas nesse período.

*Eu acredito que começando pelas boas informações, e eu acho que que é colocar em prática o meu pensamento, assim eu acho, acredito que uma equipe que ficasse responsável para atender, porque como a gente já viu não são uma, não são duas, não é eu a primeira ou a última então a preguiça das informações aí acaba deixando a gente desamparados, mas acredito que se tivesse um grupo que se responsabiliza-se em dar essas informações de correr atrás e de explicar, eu acho que poderia ser outra coisa também mais (Colaboradora 2, Entrevista, 2025).*

Essa falta de clareza institucional sobre as formas de apoio às mulheres em situação de vulnerabilidade durante a graduação torna-se ainda mais evidente quando confrontada com a promulgação da Lei nº14.952/2024, que assegura um regime especial para as estudantes lactantes. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), homologou a referida lei, e concorda com o direito dessas estudantes em continuarem seus estudos em condições adaptadas. Porém, a lei já foi sancionada há um ano e nota-se que a Universidade Federal do Pará - Campus de Bragança ainda não proporcionou nenhuma divulgação pública e/ou não disponibilizou um canal de acesso efetivo para isso, assim como norma interna ou atividade tangível focada na sua execução, o que representa, novamente, um gesto discursivo de silenciamento.

Segundo Orlandi (2012), o silêncio no discurso não é simplesmente a ausência de palavras, mas um componente característico da performance discursiva, principalmente em instituições constituídas tradicionalmente por relações de poder. Então, quando a universidade não se posiciona, não é porque não tem nada a ser dito, mas porque o não-dito também produz sentidos, nesse cenário, o sentido de desconsideração e de segregação. A carência de instruções a respeito de como a Lei Nº14.952/2024 deve ser manuseada, aliada à escassez de políticas estáveis que acolhem as discentes mães, mostra uma tendência da universidade em não dar atenção à realidade, e conseqüentemente, deixando a maternidade em escanteio no planejamento, da regulamentação e do discurso oficial. Deste modo, vale destacar que, embora conciliar maternidade e estudo sempre envolva desafios, em especial pela relação de dependência culturalmente imposta entre mãe e filho, é possível e necessário apoiar essas mulheres em outros aspectos dessa conciliação. Como aponta Pessanha (2023, p. 325), “é evidente que grande parte desse apoio pode e deve vir do governo e do sistema de ensino brasileiro”.

Ainda no decorrer da parte políticas institucionais quando questionadas sobre o que a universidade poderia fazer para acolher a sua maternidade, algumas colaboradoras, citaram que seria de grande ajuda se houvesse um espaço com pessoas especializadas que ficassem com as crianças durante o horário da aula, assim, a mãe poderia sair da aula algumas vezes para ir ver se estava tudo bem. Isso fica evidenciado na fala da colaboradora 1 “*Acredito que precisaria ter uma sala que pudesse as mães trocarem os bebês assim e que tivesse pessoas que ficassem com a criança até a hora que a gente saísse.*” (Entrevista, 2025), e vai de encontro à ideia de Urpia e Sampaio (2009), sobre a importância do acesso à creche dentro da universidade é um recurso essencial para que mães acadêmicas consigam conciliar maternidade e estudos, já que permite proximidade e segurança em relação aos filhos. Além disso, três das quatro

entrevistadas já precisaram levar ou ainda levam seus filhos para a universidade, o que chama a atenção para urgência da implementação de creches universitárias, sobretudo, em campi do interior.

Essa solicitação, que se refere principalmente à disponibilização de creches e espaços adequados para mães universitárias, não emerge como uma solução certa, mas como um pedido de reconhecimento dentro do contexto universitário. Para as graduandas, a creche universitária representa uma política de permanência que considera e enaltece a pluralidade de percursos enfrentados pelas estudantes. Segundo Raupp (2002), no artigo *Creches Universitárias Federais: questões, dilemas e perspectivas* que a aplicação de creches universitárias seria capaz de aprimorar o bem-estar das estudantes que são mães.

Apesar da Universidade Federal do Pará (UFPA) ofertar o auxílio-creche como uma das ações direcionada à permanência de estudantes, a sua existência tem se mostrado insatisfatória para auxiliar de fato as discentes-mães. Este recurso financeiro mensal voltado para alunas da universidade com filhos pequenos tem um sistema particular de acesso, poucas vagas e valores considerados baixos quando comparados aos gastos para manter as crianças nas creches. E, mais uma vez, nos deparamos com a falta de informação acerca de ações que apoiam estas discentes, pois, algumas colaboradoras relataram desconhecer este auxílio, a colaboradora 1 disse: “*Não conheço nenhuma política de apoio para a gente.*” (Entrevista, 2025). Para Vieira, Souza e Rocha (2019), as desinformações acerca de assuntos tão importantes para estas estudantes e a omissão de algumas IES tem provocado efeitos negativos, como o adiamento da matrícula, e/ou em circunstâncias mais extremas a evasão universitária.

Diante do exposto, torna-se evidente a carência de diligência e de políticas institucionais voltadas a atender de fato as demandas relacionadas à maternidade durante a graduação. O silêncio da universidade frente às questões dessas estudantes atua como um mecanismo de dissimulação e censura. Como indica Orlandi (2012), ao debater sobre o que não é dito e o que não pode ser dito nos espaços sociais e discursivos, tais omissões produzem efeitos significativos sobre a visibilidade e a participação das alunas.

## **5. A estrutura da UFPA sob a ótica das alunas-mães: desafios entre o cuidar e o aprender**

Ao decorrer da análise dos relatos das discentes que conciliam os estudos do curso de letras com a maternidade, foi possível detectar que a estrutura da Universidade Federal do Pará, Campus de Bragança, amplia os obstáculos para permanência na instituição, devido à estrutura do locus ser inacessível para estas mulheres, a ponto de sinalizar uma ausência institucional que

soa como um discurso de exclusão e desigualdade de gênero dentro da universidade. Os discursos das entrevistadas revelam a privação de condições básicas de transitabilidade no ambiente universitário. Os discursos das entrevistadas revelam a privação de condições básicas de transitabilidade no ambiente universitário, especialmente no acesso às salas de aula localizadas nos últimos andares. No Prédio Maria Gomes, por exemplo, o elevador atualmente está funcionando, mas passa por constantes falhas e manutenções, exigindo que as discentes, muitas vezes, subam vários lances de escadas. Essa dificuldade não se restringe a esse prédio: outros blocos de aula do Campus de Bragança também apresentam problemas semelhantes de acessibilidade, evidenciando limitações estruturais que impactam diretamente a permanência das mães universitárias e de estudantes com mobilidade reduzida.

*Durante a minha gravidez sim, até porque o nosso era o último prédio. Então eu vinha como... Eu tava pedindo tutoria e não tava recebendo a resposta, então eu continuei vindo. Tipo, eu tava com 9 meses e tinha que subir até o último andar e voltar de novo. Então essa parte foi muito difícil (Colaboradora 4, Entrevista, 2025).*

Essa situação prejudica principalmente as gestantes nos últimos meses de gravidez e as mães que levam o carrinho de bebê ou bolsas infantis, revelando uma instituição com estruturas que desconsideram a heterogeneidade de alguns corpos que ali transitam. Para Saffioti (2004), a estrutura das instituições sociais, geralmente, reproduz a lógica de domínio masculino, invisibilizando as específicas do gênero feminino, sobretudo quando as mulheres desempenham o papel de principal ou de única cuidadora dos filhos.

Conforme discutido na seção anterior, as entrevistadas já haviam apontado a ausência de espaços adequados para amamentar e trocar fraldas, o que gera sentimentos de constrangimento ao estarem sob os olhares de colegas durante momentos considerados íntimos entre mães e filhos. No entanto, nesta seção, tais questões serão abordadas sob um viés estrutural, focalizando a organização física e a infraestrutura da universidade, e não aspectos legislativos ou normativos, como foi tratado anteriormente.

*A estrutura da faculdade não permitia ficar em um lugar confortável com o meu filho, porque não tinha trocador pra trocar a fralda que ele necessitava. Muitas das vezes até chegou a ocasião de eu trocar o meu filho em cima de uma cadeira que tinha dentro da sala de aula, em cima daquelas mesas. Eu trocava ele na frente de todo mundo, não tinha aquela privacidade com o meu filho pra trocar ele. Então, a estrutura da faculdade não me ajudou com isso. E seria bom se durante a aula tivesse uma cuidadora sim, né, tipo maternal dentro da faculdade, para que eu, durante a aula, tivesse com quem deixar o meu filho. Ai de vez em quando eu ia lá ver, saía da aula, mas não tinha (...) não tinha banheiro para amamentar o meu filho. Ai eu tinha que colocar um paninho, com vergonha, em cima do peito, porque não tinha um espaço de aconchego com meu filho para amamentar (Colaboradora 3, Entrevista, 2025).*

Posto isso, a maternidade ainda é vista como um elemento frívolo ou “fora do lugar” no Campus. Conforme Biroli (2016), a divisão sexual do trabalho e das responsabilidades domésticas e familiares estão direcionadas frequentemente para as mulheres e são estruturas enraizadas da desigualdade de gênero. Quando essa concepção reflete no contexto universitário, ela fortalece a ideia de exclusão estrutural e emblemática, isto é, além da universidade ignorar as necessidades básicas deste público, também as coloca em desvantagem silenciosamente por suas escolhas. A necessidade de creches universitárias foi um ponto importante levantado pelas colaboradoras, visto que afeta explicitamente a permanência da discente na universidade. A não providência em ofertar essa estrutura demonstra uma idealização de aluna como uma mulher sem múltiplas responsabilidades externas (como a maternidade), revelando a visão de uma discente com total disponibilidade para se dedicar aos estudos. Todavia, como afirma Vieira, Souza e Rocha (2019), esse apoio é negado à maioria dos estudantes universitárias, uma vez que esse serviço não é ofertado em todas as universidades públicas do Brasil

Quando as entrevistadas se queixam das escadas e reivindicam fraldários ou um ambiente para amamentar, seus discursos não se resumem apenas a arquitetura, como também descrevem um cenário universitário que provoca individualidade e valores, que tratam novamente a realidade materna como um corpo estranho nesse espaço. Percebe-se essas queixas mais evidente na fala da colaboradora 3:

*um deles foi a questão de subir escadas porque os prédio não tem rampa e então pra mim subir com o carrinho do meu filho que era lá no primeiro andar nessa sala ainda é lá eu tinha que pedir ajuda então era difícil até pra mim conseguir chegar pra estudar dentro da faculdade eu não tinha rampa, e o elevador tava sempre quebrado (Entrevista, 2025).*

Ferreira et al. (2018), apontam para a importância de expor os diversos obstáculos enfrentados por mães-universitárias, pois ajuda a romper com o silenciamento em torno da maternidade no contexto universitário e a permanência no ensino superior.

A falta de atenção da UFPA nesse panorama revela o quanto as dificuldades em volta da maternidade ainda são vistas como um problema particular, e não como um assunto de interesse geral e político, que precisa de acolhimento estrutural e de resposta institucional. Logo, é essencial entender que a exclusão das discentes mães não se limita à falta de políticas, ela se escora também na arquitetura do espaço, como no acesso às salas de aula, na falta de fraldários, na instituição como um todo que não mostra cuidado com estas mulheres. O modelo como o campus está constituído, não é pensado para integrar mães e isso declara, em reticência, que elas não pertencem de fato a universidade.

Em suma, a análise dos discursos das colaboradoras indica que a UFPA, especialmente o Campus de Bragança, ainda apresenta limitações estruturais e institucionais que dificultam a permanência das mães universitárias. Essas limitações acabam por reproduzir, mesmo que de forma não intencional, desigualdades de gênero e condições que tornam a conciliação entre maternidade e formação acadêmica um desafio significativo. Assim, torna-se indispensável uma revisão da estrutura física e das políticas institucionais, de modo que a universidade se consolide como um espaço verdadeiramente inclusivo, igualitário e comprometido com a equidade de gênero.

## **6. Vozes que Rompem o Silêncio: Uma análise do discurso sobre ensino e aprendizagem de discentes-mães**

A análise dos relatos sobre o ensino e aprendizagem das discentes que conciliam a maternidade com o curso de Letras – Língua Portuguesa evidenciou que a universidade, no que tange à estrutura e ao funcionamento, não abrange as demandas formativas dessas alunas. As falas das colaboradoras denunciam uma experiência marcada por diversas dificuldades, que começam com a desorganização institucional e se estendem até o modo como as discentes se sentem excluídas por atitudes ou omissões de alguns professores(as), bem como pelo silenciamento das normas e estruturas inflexíveis que regem o sistema de ensino. Essa percepção é reforçada no relato da colaboradora 2, que afirma:

*não sou a primeira nem a última, então a preguiça das informações acaba deixando a gente desamparada, mas acredito que, se tivesse um grupo que se responsabilizasse em dar essas informações, poderia ser diferente (Entrevista, 2025).*

Essa fala evidencia a sensação de abandono institucional e a falta de comunicação efetiva entre a universidade e as discentes mães, o que amplia o sentimento de exclusão e desamparo no espaço acadêmico.

Na parte I da entrevista<sup>5</sup>, as perguntas estavam direcionadas a conciliação da maternidade com a graduação no contexto universitário. Com isso, as entrevistadas expuseram que a realidade materna acarreta/acarretou certas dificuldades em seus desempenhos acadêmicos, causando atraso em algumas disciplinas no decorrer da graduação. Dentre as disciplinas mencionadas, destaca-se o estágio supervisionado, cuja exigência de assiduidade e caráter prático tornam sua realização especialmente desafiadora para as alunas que são mães. A impossibilidade de cumprimento dessa etapa se agrava entre aquelas com filhos pequenos,

---

<sup>5</sup> Questionário com a parte mencionada está disponível em apêndice.

sobretudo bebês que dependem do aleitamento materno, e para quem não dispõe de uma rede de apoio estável ou enfrenta dificuldades econômicas para arcar com custos de transporte, alimentação e tempo extra fora de casa. Esse cenário é evidenciado no relato da colaboradora 3, que afirma: *“Meu filho ficou às vezes um mês e até dois meses internado. E, nesse período, eu perdi o estágio, que em maior parte é prático, e aí não tinha como eu conciliar. É uma das disciplinas que estou pendente.”* (Entrevista, 2025).

Se por um lado há limitações de ordem material, por outro, a desistência ou atraso em cursar algumas disciplinas não são causadas somente por faltas formais, mas também por instigações diretas e indiretas feitas por professores(a), que, de certa forma, desestimulam a continuação da discente na disciplina por conta de sua situação como mãe. A colaboradora 1, por exemplo, relatou: *“professor(a) preferiu que eu desistisse da disciplina. Ele(a) falou que era o melhor a se fazer. Fiquei muito triste, porque já tinha concluído metade da disciplina. Tive que desistir, não tive apoio da professora.”* (Entrevista, 2025). Essa fala evidencia a ausência de empatia e de políticas institucionais que favoreçam a permanência dessas estudantes, demonstrando como o discurso docente pode influenciar diretamente as trajetórias acadêmicas das mães universitárias. Comentários de docentes, expressos em frases como *“Você não vai conseguir acompanhar”* ou *“É melhor desistir dessa disciplina”*, revelam o impacto simbólico das práticas discursivas no contexto universitário, reforçando sentimentos de exclusão e inviabilidade de conciliar a maternidade com a formação acadêmica.

Além disso, as disciplinas de literatura foram citadas como as mais difíceis de cursar por conta de leituras longas e fatigantes, bem como foi citado pela colaboradora 3 *“foi literatura, Literatura, foi uma das literaturas que eu não conseguir acompanhar, até meu rendimento foi muito baixo nas disciplinas de literatura.”* (Entrevista, 2025). As colaboradoras explicaram que não realizam as leituras com frequência ou com atenção total para entender os textos, pois não possuem um horário fixo e tranquilo para estudar em casa, devido à necessidade de se encarregar das responsabilidades dos filhos sozinhas porque a rede de apoio, quando existente, é oscilante ou limitada.

Outra dificuldade na aprendizagem destas mulheres é que, várias vezes as participantes precisaram levar seus filhos, todos com idade inferior a três anos e meio, para a faculdade, em virtude de não ter com quem deixá-los. Nesta circunstância, o ensino foi afetado rigorosamente, ou pela precisão de se ausentar na sala de aula para acalantar a criança, ou pela atenção da discente estar dividida entre o conteúdo e o bem-estar dos filhos. A colaboradora 4 relatou que muitas vezes precisou ir embora na metade da aula para atender as chamadas de sua rede de

apoio para acalmar seus filhos em casa. Todos esses pontos mencionados cooperam para a fragmentação de conhecimento. Além disso, Vieira, Souza e Rocha (2019, p. 16) ressaltam que a “auto cobrança por parte das mães universitárias é sem dúvida um dos principais desafios dessas mulheres, visto que além do papel de mãe e estudante, ainda têm que administrar a culpa gerada em ter que ‘deixar’ os filhos para estudar.”

Os relatos evidenciaram também dificuldades das mães-discentes para frequentar as disciplinas pendentes ofertadas no contraturno, pois precisavam ficar afastadas de seus filhos em dois turnos do dia ou, então, depender de uma rede de apoio com disponibilidade em dois horários diferentes, o que nem sempre é possível. Baseado nisso, muitas deixam de se matricular em disciplinas importantes, prolongando ainda mais suas trajetórias acadêmicas na graduação. De acordo com Gonçalves e Ternovoe (2017), após a maternidade, muitas estudantes universitárias enfrentam exaustão física e emocional, o que pode levá-las a se afastar das aulas e, em muitos casos, a não conseguir retomar os estudos. A universidade é marcada por uma estrutura ríspida de horários e presença, e aparenta desconsiderar que para quem é mãe o tempo e a organização da vida têm muitas demandas que não se resumem a apenas estudos acadêmicos. Segundo Urpia e Sampaio (2009), a sociedade ainda atribui às mulheres a responsabilidade quase exclusiva pelos cuidados com os filhos e pelas tarefas domésticas, o que amplia sua sobrecarga e pode afetar negativamente o desempenho acadêmico.

Tomando a análise crítica do discurso de Orlandi (2012), as falas das colaboradoras não devem ser julgadas como realidades distantes, mas como efeito de sentidos desenvolvidos por uma instituição que naturaliza o afastamento de um grupo através de normas aparentemente neutras. O discurso de que a responsabilidade é individual, e que a aluna tem que organizar a sua vida para não atrapalhar o andamento do curso, encobre a ausência de políticas de permanência eficazes. Essa aparente invisibilidade da maternidade nos ambientes de ensino e aprendizagem também é ressaltada por Pessanha (2023), ao retificar que as universidades brasileiras ainda empregam uma lógica androcêntrica, em que o universitário exemplar é jovem, solteiro, sem filhos e focado apenas nas demandas universitárias, então, qualquer experiência que não se encaixe nesse modelo é tratada como um problema partícula do indivíduo, reforçando uma discriminação institucional.

A aprendizagem, nessa situação, é demasiadamente desigual, e as lacunas acerca de políticas institucionais focadas na conciliação da maternidade e a graduação se caracteriza como um obstáculo perceptível para realizar o direito à educação. Portanto, não consiste somente em garantir a introdução destas mulheres à universidade, mas também de refletir profundamente a

maneira como o ensino e aprendizagem são idealizados, avaliados e exercidos, a fim de que a maternidade não seja um motivo de desistência, segregação ou preconceito acadêmico.

## **6. Considerações finais**

O presente trabalho possibilitou compreender de forma crítica e sensível às múltiplas dificuldades enfrentadas por discentes-mães para permanecer na graduação, especialmente no curso de Letras Língua - Portuguesa da Universidade Federal do Pará - Campus de Bragança. Os relatos evidenciaram que a maternidade, embora cheia de afeto e significados únicos, impõe desafios estruturais, pedagógicos e emocionais que impactam diretamente a permanência e o desempenho acadêmico dessas alunas.

As entrevistas revelaram a ausência de infraestrutura adequada, como espaços para amamentação e cuidados infantis, a escassez de políticas institucionais voltadas à conciliação entre a maternidade e a vida universitária, além da rigidez de práticas pedagógicas que pouco consideram as especificidades dessa realidade. Tais barreiras, no entanto, não apagaram a força e a resistência das participantes, que, apesar das dificuldades, elaboraram e elaboram estratégias para continuar seus estudos e garantir sua formação. Essa resistência, contudo, não deve ser romantizada, mas compreendida como resultado da carência de políticas efetivas de acolhimento e permanência.

Um exemplo expressivo foi o caso da colaboradora 5, que não pôde participar da entrevista devido ao adoecimento do filho e à ausência de uma rede de apoio estável. Essa situação ilustra de forma concreta como os desafios da maternidade impactam inclusive o envolvimento em atividades acadêmicas e científicas, reforçando a necessidade de uma universidade que seja mais acessível e empática diante dessa realidade.

Propõe-se, portanto, que esta pesquisa seja expandida para além do curso de Letras, alcançando outras áreas do conhecimento, especialmente a Educação, em que seus resultados possam servir de base para reflexões, projetos e políticas voltadas ao apoio estudantil. Essa ampliação é fundamental para que a discussão sobre maternidade e permanência na universidade não se restrinja a um único campo de estudo, mas seja incorporada como tema transversal, capaz de inspirar mudanças concretas nas práticas institucionais e pedagógicas.

Ao estender essa investigação para outros contextos, abre-se a possibilidade de compreender como diferentes cursos e unidades acadêmicas da UFPA, e de outras instituições, lidam com as demandas das discentes-mães, revelando novas perspectivas e desafios. Além

disso, espera-se que esse movimento incentive a formulação de ações efetivas que garantam condições de permanência dignas, respeitando as especificidades de cada realidade.

Acredita-se que o aprofundamento e o desenvolvimento futuro deste trabalho poderão contribuir significativamente para enriquecer outras pesquisas e fortalecer a construção de uma universidade mais humana, inclusiva e comprometida com a equidade de gênero e o direito à educação para todas as mulheres, reconhecendo a maternidade não como um obstáculo, mas como parte legítima e potente da experiência acadêmica.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação (MEC); Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Mulheres representam 59% das matrículas na educação superior**. Brasília: MEC/INEP, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/centrais-de-conteudo/noticias/institucional/mulheres-representam-59-das-matriculas-na-educacao-superior>. Acesso em: 01/08/2025.

BARROSO, Carmen Lúcia de; MELLO, Guiomar Namó de. **O acesso da mulher ao ensino superior brasileiro**. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 15, dez. 1975. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/6208484.pdf>. Acesso em: 28/04/2025.

BRANDÃO, Helena Hathsue Nagamine. **Introdução à análise do discurso**. 3. ed. rev. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012.

BRUSCHINI, Cristina; LOMBARDI, Maria Rosa. **A bipolaridade do trabalho feminino no Brasil contemporâneo**. Cadernos de Pesquisa, n. 118, p. 37-78, 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/dzDXTKKnr96DdTZSqnmtH5r/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 09/08/2025.

BRUSCHINI, Cristina. **Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos**. Cadernos de Pesquisa, v. 37, n. 132, p. 537-572, set./dez. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/KybtYCJQvGnnFWWjcyWKQrc/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 09/08/2025.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

DEL PRIORE, Mary. **Histórias e conversas de mulher**. São Paulo: Planeta, 2013.

FERREIRA, João Batista; COSTA, Lilian Rodrigues dos S.; QUEIROZ, Tiago Rodrigues; VIEIRA, Fernando Breno Valadares; ERVITE, Luciel. **(Des) Igualdade de gênero no mercado de trabalho**. Revista Agroveterinária, Negócios e Tecnologia, v. 3, p. 25-41, 2018.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GONÇALVES, Josiane Peres; TERNOVOE, Janaina dos Santos. **Desafios Vivenciados por mulheres universitárias de Mato Grosso do Sul, que são Mães, profissionais e donas de**

**casa**. Revista latino-americana de Geografia e Gênero, v. 8, p. 116-142, 2017. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/rlagg/article/view/8484>. Acesso em: 05/07/2025.

LEI — BRASIL. **Lei n.º 14.952, de 11 de julho de 2024**. Altera dispositivos para garantir regime especial a estudantes lactantes (regime de ensino especial). Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2023-2026/2024/Lei/L14952.htm#art1](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2024/Lei/L14952.htm#art1). Acesso em: 13/04/2025.

LESKINEN, M. **Educación una clave hacia la igualdad**, Revista Observatorio Social, n. 5, 2004. Disponível em: <https://www.cut.org.br/acao/observatorio-social-em-revista-edicao-05-2106>. Acesso em: 20/04/2025.

BRASIL. **Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm). Acesso em: 21/05/2025.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis: Vozes, 1997.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

ORLANDI, Eni P. **Análise do Discurso: princípios & procedimentos**. Campinas: Pontes, 2012.

PESSANHA, Larissa. **Entre livros e fraldas: maternidade e graduação**. Revista Gestão e Secretariado. (*GeSec*), São Paulo, v. 14, n. 1, p. 306–331, 2023. Disponível em: <https://ojs.revistagesec.org.br/secretariado/article/view/1515>. Acesso em: 14/04/2025.

RAUPP, Marilena Dandolini. **Creches Universitárias Federais: questões, dilemas e perspectivas**. Educação & Sociedade, Campinas, v. 25, n. 86, abr. 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/FjYLYkRgLGmnWY3CsGJw6gR/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 20/04/2025.

RIBEIRO, Djamila. **Lugar de fala**. 1. ed. São Paulo: Pólen, 2019.

RIBEIRO, Flavia Gripp. **Mães estudantes: desafios da maternidade e da permanência na Universidade enfrentados pelas alunas do Curso de Serviço Social da UnB**. 2016. 63 f., il. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Serviço Social) – Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Expressão Popular / Fundação Perseu Abramo, 2004. Disponível em: [https://fpabramo.org.br/editora/wp-content/uploads/sites/17/2021/10/genero\\_web.pdf](https://fpabramo.org.br/editora/wp-content/uploads/sites/17/2021/10/genero_web.pdf). Acesso em: 18/06/2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (UFPA). **Mulheres cisgênero são maioria na UFPA: as mulheres representam 44,5% dos estudantes na instituição, contra 41,7% de homens cisgênero**. Belém, Pará: UFPA, 2024. Disponível em: <https://ufpa.br/dados-ineditos->

coletados-em-pesquisa-nacional-revelam-quem-esta-hoje-na-maior-universidade-da-amazonia. Acesso em: 25/08/2025.

URPIA, Ana Maria de Oliveira; SAMPAIO, Sônia Maria Rocha. **Tornar-se mãe no contexto acadêmico: dilemas da conciliação maternidade – vida universitária.** *Revista Recôncavos*, v. 3, n. 2, nov. 2009. Disponível em: [http://www.ufrb.edu.br/reconcavos/pdf/ana\\_maria\\_de\\_oliveira\\_urpia\\_-\\_sonia\\_maria\\_rocha\\_sampaio.pdf](http://www.ufrb.edu.br/reconcavos/pdf/ana_maria_de_oliveira_urpia_-_sonia_maria_rocha_sampaio.pdf). Acesso em: 12/05/2025.

VIEIRA, A. C.; SOUZA, P. B. M.; ROCHA, D. S. P. **Vivências da maternidade durante a graduação: uma revisão sistemática.** *Revista COCAR*, 2019; 13(25):532–55. Disponível em: <https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/2172>. Acesso em: 20/04/2025.

## APÊNDICE A - Questionário de entrevista

### Questionário: **Desafios da Maternidade na Vida Acadêmica**

Objetivo: este questionário visa compreender os desafios enfrentados por discentes do curso de Letras da Universidade Federal do Pará (UFPA) Campus de Bragança que se tornaram mães durante a graduação, assim como as estratégias utilizadas para conciliar a maternidade com a vida acadêmica.

• Os dados concedidos com base nessas perguntas serão utilizados exclusivamente para fins acadêmicos e tratados com total sigilo e anonimato.

#### **Dados de Identificação**

1. Nome:

2. Idade:

3. De qual cidade você é?

4. Ano de ingresso no curso:

5. Turno do curso:

6. Período do curso em que está atualmente:

7. Período do curso em que se tornou mãe:

8. Você já era mãe antes de iniciar esta graduação? Sim ( ) Não ( )

Se sim, quantos filhos você tem? \_\_\_\_\_

9. Você está trabalhando? \_\_\_\_\_

9.1 Teve de deixar o trabalho para conciliar graduação e maternidade?

10. Está é a sua primeira graduação? Sim ( ) Não ( )

Se não, qual a sua primeira graduação? \_\_\_\_\_

#### **Parte I – Experiência com a maternidade na graduação**

11. Como foi a experiência ao descobrir a gravidez durante o curso?

R:

12. Você possui rede de apoio familiar? ( ) Sim ( ) Não

Em caso afirmativo, descreva brevemente como funciona essa rede.

R:

13. Em algum momento você considerou trancar o curso, adiar/desistir de alguma disciplina, ou abandonar o curso por conta da maternidade? Por quê?

R:

14. Quais disciplinas você teve mais dificuldade em cursar após se tornar mãe?

R:

15. Recebeu apoio da universidade, professores ou colegas? Como foi esse apoio?

R:

16. Houve impactos em seu desempenho acadêmico durante e após a gestação? Quais foram esses impactos?

R:

17. Como é a organização do seu tempo para conciliar as responsabilidades com o(s) filho(s) e com as atividades acadêmicas na UFPA?

R:

18. Considerando os processos de aprendizagem e formação como futura docente, quais estratégias você desenvolveu para conseguir conciliar a maternidade com a vida acadêmica?

R:

19. Depois dessas perguntas, quais foram os principais/maiores desafios enfrentados na universidade como um todo após você se tornar mãe?

**R:**

## **Parte II – Políticas institucionais e reflexões pessoais**

20. A universidade possui alguma estrutura ou política de apoio às mães estudantes?

Sim  Não  Não sei

Se sim, foi útil para você? Justifique:

21. O que você acredita que a UFPA poderia fazer para apoiar melhor as estudantes que são mães?

R:

22. Que conselhos você daria a outras alunas que possam enfrentar a maternidade durante a graduação?

R:

23. Você enfrentou dificuldades para repor as disciplinas que perdeu durante o período de afastamento por maternidade?  Sim  Não

Se sim, descreva:

24. Como a UFPA lidou com a sua maternidade no contexto acadêmico? Você sentiu apoio para conciliar os estudos com essa fase da sua vida?

R:

25. Como a experiência da maternidade te transformou enquanto estudante e futura profissional?

R: